

06-07-2017

Abolição da pena de morte “não é um dado adquirido”

Faculdade de Direito Ao participar nas comemorações, em Coimbra, Presidente da República exortou à defesa do ideal “com a mesma coragem e determinação dos que há 150 anos fizeram com que estejamos aqui neste dia”



ANABELA SANTIAGO MARQUES

Cerimónia é “acto pedagógico e de cidadania”, assinalou Marcelo Rebelo de Sousa

Portugal foi pioneiro, faz agora 150 anos, na abolição da pena de morte e Coimbra esteve no centro dessa «fundamental» mudança no sistema jurídico nacional. Em colaboração com o Ministério da Justiça, a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra comemorou a efeméride, não apenas numa lógica de celebrar o passado mas sim, acima de tudo, sensibilizar presente e futuro, porque «nada está adquirido».

«Ao comemorarmos os 150 anos da abolição da pena capital, nesta cidade, saldamos uma dívida com os nossos precedentes e reiteramos um princípio para gerações actuais e futuras», assinalou o Presidente da República. Ao intervir na sessão, no Colégio da Trindade, Marcelo Rebelo de Sousa notou que celebrar a efeméride é um imperativo histórico e ético, mas também um acto pedagógico e de cidadania, quando a pena de morte ainda é aplicada em muitos países, «incluindo no Ocidente, que integram a nossa matriz geo-cultural». E quando há outros «que pretendem restaurar a pena de morte», é preciso «proclamar o valor da vida, ameaçado por extremismos» em diversos quadrantes.



Descerrada placa comemorativa na Faculdade de Direito

«Em caso algum haverá pena de morte», disse, por duas vezes, Marcelo Rebelo de Sousa, ao exortar à defesa desse ideal «com a mesma coragem e determinação daqueles que há 150 anos fizeram com que estejamos aqui neste dia».

Numa cerimónia em que quase todos os intervenientes contextualizaram historicamente o movimento que levaria ao abolicionismo, o Presidente da República destacaria dois nomes da Faculdade de Direito de Coimbra, António Aires de Gouveia e Guilherme Braga da Cruz, nomes «insuperáveis de uma transformação maior da História de Portugal e universal, acabando com citações de Vitor Hugo, que felicitou Portugal pelo fim

da pena capital - “proclamar princípios é mais belo do que descobrir mundos” - e de Miguel Torga, interveniente nas comemorações do centenário da abolição.

No final da sessão, instado pelos jornalistas a comentar o resultado de um eventual referendo em Portugal sobre a restauração da pena de morte, Marcelo Rebelo de Sousa mostrou-se convicto de que se manteria a Constituição na proibição da pena de morte.

Segundo o Chefe de Estado, mesmo relativamente a crimes particularmente violentos, há uma marca cultural muito profunda que tem a ver com o respeito da dignidade da pessoa e o valor da vida «que me leva a dizer que um referendo ou uma votação no Parlamento

sobre esta matéria manteria aquilo que votei como jovem [deputado] constituinte há mais de 40 anos».

Falta Barjona de Freitas na toponímia de Coimbra

Miguel Torga seria também evocado por Rui de Figueiredo Marcos, director da FDUC, e pela ministra da Justiça Francisca Van Dunem - “um código que garanta a cada cidadão o direito de morrer a sua própria morte”. Depois de um discurso intenso, que levaria Marcelo Rebelo de Sousa a comentar que ficara «esgotada» a abordagem histórico e jurídica (e também filosófica, com a intervenção de Faria Costa), o director da Faculdade de Direito da UC deixaria um «alvitre» ao presidente da Câmara, Manuel Machado, ao notar ao autarca, presente na sessão, que na terra natal de Augusto César Barjona de Freitas (professor de Direito e deputado, que, a propósito da reforma das prisões introduziu a abolição da pena de morte para crimes civis), não tem uma rua ou avenida com o seu nome.

José de Faria Costa, provedor de Justiça e presidente da Comissão Executiva das Comemorações, entende que «a abolição da pena de morte foi um avanço civilizacional, é qualquer coisa que não devemos esquecer, devemos deixar às gerações futuras como um património espiritual indiscutível de uma nação com perto de 900 anos e que há 150 anos foi a primeira a dizer acabe-se com a pena de morte». Para o reitor João Gabriel Silva, «a conquista de há 150 anos não é um dado adquirido» e «exige defesa e empenho sem paragens».

Antes da sessão solene, Marcelo Rebelo de Sousa descerrou, na FDUC, uma placa comemorativa dos 150 anos da abolição da pena de morte em Portugal e, no Colégio da Trindade, inaugurou a exposição “Condemnados à Pena Última”.